

# Comissão Especializada Permanente

## Transportes e Mobilidade

### 6º comissão

#### ATA Nº 21/XIII-3º/2023/24

Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro de 2023 pelas 10 horas, realizou-se a vigésima primeira reunião da 6ª comissão permanente no chalet Ribeiro Telles com o Sindicato dos trabalhadores da marinha mercante, agências de viagens, transitários e pesca. (SIMAMEVIP)

- Ponto da situação e planeamento de reuniões.

Estiveram presentes os seguintes deputados municipais: Luis Palma, José António Rocha, Paulo Viegas, Sónia Silva, Pedro Dias Pereira, Ivo Almeida, José Courinha Leitão, António Pedro Maco e Margarida Paulos.

estiveram ausentes os deputados municipais Bruno Dias e Luis Durão, substituídos pelos deputados João Geraudes e Beatriz Ferreira respectivamente.

Estiveram presentes em representação do SIMAMEVIP: António Venâncio e Paulo Lopes.

- Abertura da reunião pelo presidente da comissão Luis Palma, agradecendo a presença dos representantes do sindicato e dizendo que à semelhança do que tem sido feito ao longo do mandato nas reuniões com as várias estruturas, iremos focar-nos na nova frota e recolhendo opiniões sobre as características dos vários equipamentos e sobre esta nova realidade dos barcos que irão substituir a frota actual.

- António Pedro Maco é o primeiro deputado a pedir a palavra, dando início ao conjunto de perguntas aos representantes do SIMAMEVIP, começa por perguntar, tendo até em conta as reuniões da comissão com vários órgãos, se esta foi a melhor opção, o que pode oferecer nomeadamente no que à segurança diz respeito e para quando a sua operacionalização, é que ao contrário do que foi dito pela nova administração da Transtejo-Soflusa a operacionalização de funcionamento de alguns dos navios não será possível durante o mês de Maio de 2024. Continua perguntando se será necessária mais formação, e se as condições oferecidas pela empresa serão apelativas para que os quadros sejam preenchidos.

- em nome do sindicato usa da palavra Paulo Lopes para responder às questões colocadas, começa por referir as preocupações dos trabalhadores e seus representantes ao longo de todo este processo. quando o governo PSD caiu, a empresa ficou num estado caótico, a principal preocupação da administração à data, era levantar um elevado número de processos disciplinares aos trabalhadores, com a tomada de posse do governo do PS em 2016, o diálogo com o governo e a administração foi retomado, as preocupações foram transmitidas ao ministro e ao secretário de estado, sobretudo em relação ao envelhecimento da frota que apontava a curto prazo para a rotura do serviço público de transportes fluviais.

Em relação à nova frota e aos trabalhadores, diz que o agravamento da situação em relação ao serviço prestado pela actual frota, levou a que o governo tomasse medidas, elas foram anunciadas pelo governo, chamaram os sindicatos em 2017 para anunciar a aquisição dos novos barcos, ressaltando que não foi solicitada qualquer opinião a nenhuma estrutura que representa os trabalhadores, para o modelo e características dos novos navios, foi-lhes transmitido que os navios seriam cem por cento eléctricos, o que levanta desde logo uma série de questões, modelo da frota, características dos barcos, tripulações, (formação) postos de carga etc. refere que estas questões foram colocadas à anterior administração que teve uma maior abertura ao diálogo do que a actual, muitas dúvidas sobre a manutenção, os estaleiros ainda não têm acesso aos navios, dúvidas sobre a os tempos de carga, durabilidade etc. considera que a opção de navios de fibra não será a melhor, tendo em conta as características do rio, em fibra serão demasiado leves para as fortes correntes do rio Tejo e considera

demasiado frágeis para que ofereçam a segurança exigida neste tipo de travessia, por outro lado o excesso de passageiros e o conseqüente excesso de peso pode gerar perda de estabilidade na navegação.

Continua o problema da falta de tripulações, as condições salariais oferecidas são muito pouco apelativas, sobretudo para os maquinistas que facilmente encontram outras alternativas com condições substancialmente melhores. Enquanto os barcos não forem entregues à Transtejo, nenhuma formação poderá ser feita com as devidas condições, acrescenta que o processo já deveria estar terminado e diz também ter muitas dúvidas sobre os prazos de operacionalização anunciados pela administração.

- António Venâncio, salienta a importância da necessidade de formação das tripulações, diz que a informação que dispõe é que a durabilidade de carga das baterias são de cerca de 70 minutos e que dependendo do peso da carga (número de passageiros) e das correntes existentes, os navios correm o risco de ter que recarregar após cada ida, acrescenta que uma das fontes de receita para a empresa era gerada pelos fretes que eram feitos, que se irão perder pela impossibilidade de serem feitos pelos novos navios, acrescenta ainda que existem neste momento muitos operadores turístico no Rio Tejo. em termos de análise pela experiência que tem, acrescenta que se os novos barcos tivessem vindo no início tal como estava anunciado, a durabilidade das baterias seria apenas de três anos, existem apenas dois fabricantes para estes tipos de baterias, uma outra situação que considera problemática é o facto da EDP afirmar que não consegue colocar mais PTs e não pode portanto acrescentar mais potência o que leva à questão seguinte: como vai ser o procedimento que possibilite o posto de carga no Cais do Sodré?

- O deputado José Courinha Leitão intervém no debate começando por perguntar aos representantes presentes, qual a relação do sindicato com a comissão de trabalhadores, de uma forma mais generalizada com o trabalhadores da empresa, porque as opiniões de uns e de outros diferem e solicita aos membros do sindicato presentes que enviem documentos que comprovem que pode estar em causa a segurança dos passageiros.

- A deputada Margarida Paulos diz que compreendendo as questões técnicas, a verdade é que a bem do ambiente este é um processo que tem que ser iniciado, termina dizendo que quando se toma a decisão de pôr navios a navegar com estas características, os estudos têm que estar devidamente aprofundados para salvaguarda da segurança dos tripulantes e dos passageiros.

- A deputada Sónia Silva começa a sua intervenção dizendo que mais importante do que a receita com o turismo, importa sim discutir a mobilidade e os transportes públicos, refere o facto dos catamarãs avariarem com mais facilidade que os restantes barcos, tendo em conta as várias versões apresentadas em diversas reuniões, pergunta quantos barcos estão realmente operacionais e quantos deveriam estar? Os novos barcos são mais lentos significando o aumento do tempo de percurso? pelas informações que dispomos os primeiros serão para o Seixal, para quando a sua operacionalização em Cacilhas? termina perguntando aos representantes do sindicato como estão as relações em termos de diálogo com o governo.

- O representante do sindicato Paulo Lopes dia que a relação com as comissões de trabalhadores não é boa nem é má, em tempos sim existia uma boa relação. os âmbitos são diferentes mas as relações deveriam estar melhor do que estão.

em relação à segurança dos navios o que temos são dúvidas, mas sobre segurança e estabilidade as questões têm que ser sempre colocadas, e elas continuam a ser colocadas porque nunca foram respondidas, nunca houve por parte das entidades responsáveis qualquer esclarecimento sobre a matéria, não podemos afirmar com rigor, mas enquanto as dúvidas não forem devidamente esclarecidas, naturalmente que subsistem.

estamos abertos à mudança desde que os técnicos nos apresentem os estudos adequados e necessários devidamente fundamentados e repete que até à data não foram dados nenhuns esclarecimentos, sobre os navios que operam agora poderem no futuro ser a fonte geradora de receitas no sector do turismo, diz que seria importante se o fizessem, mas a frota atual está muito velha e tem de haver disponibilidade para as devidas reparações. Sobre o número de navios a operar diz que o número é volátil, tendo em conta que devido ao estado dos navios, a qualquer momento um dos barcos pode ficar inoperacional, tudo isto agravado com a falta de

relações entre os vários sindicatos é são boas, no que diz respeito ao diálogo com as administrações, a anterior estava aberta ao diálogo com os sindicatos e trabalhadores, esta nova administração...veremos, as relações com o atual governo não é tão boa como o anterior, reforça uma vez mais a falta de informação, sobre os Ferrys diz que a TT comprou dois mas só um está a funcionar, o outro continua no estaleiro e termina respondendo que a supressão de carreiras se deve sobretudo à falta de equipamentos.

- António Venâncio diz sobre a velocidade dos novos barcos que ela varia, dependendo do número de passageiros, inevitavelmente o tempo de percurso irá aumentar, mas de forma mais notória no Seixal.

- Pede a palavra o deputado João Galdes, começando por referir que existem uma série de questões e de dúvidas legítimas, sobretudo à garantia absoluta de segurança, e isso tem que ser perguntado ao governo e às empresas e solicita que a comissão solicite ao governo e à empresa o envio de pareceres técnicos que garantam a segurança.

- usa de novo da palavra o deputado António Pedro Maco, dizendo que as comissões servem para recolha de informação relevante para o trabalho dos deputados municipais, acrescenta que é importante reunir de novo com a administração da Transtejo após a audição a várias entidades, o CDS também não se sente confortável com as condições de segurança, as dúvidas são muitas (peso, tempo de carga etc)  
Os trabalhadores e os sindicatos deveriam ser envolvidos no processo, as preocupações têm que ser manifestadas e esclarecidas.

- Intervém de novo a deputada Margarida Paulos começando por dizer que os perigos existem em qualquer tipo de transporte e questiona: as dúvidas são com a tecnologia ou num contexto de características do rio?

- O deputado Ivo Almeida diz que a falta de informação é um facto, e questiona se os navios de fibra não são fiáveis, geram o aumento de capacidade de carga e agilização do tempo de viagem? opiniões todos os temos e elas diferem e portanto as informações que temos são insuficientes.

- Paulo Lopes diz que as dúvidas são legítimas exactamente porque até à data não nos foram dadas explicações e as respostas, ou são pouco esclarecedoras ou simplesmente não existem, não nos facultam os estudos de combate à poluição, para fazer com que as pessoas larguem os carros e recorram ao transporte público, é preciso um forte investimento no transporte público e isso é benéfico para todos, as respostas às questões colocadas têm que ser dadas.

- O deputado João Galdes diz que estando a trabalhar sem informação, faz um apelo ao Partido Socialista de Almada para fornecer a informação, pedir ao governo e à empresa que sejam esclarecidas todas as dúvidas.

- O deputado José Courinha Leitão intervém para dizer que o que deve ser feito é solicitar reunião ao governo e não a outros órgãos não têm informação técnica para nos dar, e isto serve para as reuniões que já estão marcadas

- A deputada Beatriz Ferreira diz da preocupação com as perguntas que vão sendo feitas e com as informações que vamos recolhendo, mas a verdade é que não temos nenhum suporte físico em concreto e é importante que o tenhamos.

- João Galdes diz que o exercício da democracia não põe limitações a audições a outros órgãos.

- Pedro Dias Pereira pergunta qual a opinião sobre um serviço público de circulação? faria sentido?

- José Courinha Leitão diz que é preciso distinguir a diferença entre os funcionamento das diferentes comissões, permanente, eventual ou de inquérito, o trabalho de deputado não se esgota na assembleia municipal.

- António Maco concorda, mas refere que as questões e os problemas que afectam as populações têm que ser debatidos, no trabalho das comissões não há que recluir ouvir as entidades o PS parece que não está de acordo,

este é o dever dos partidos políticos.

- António Venâncio diz sobre a questão das baterias, que os incêndios nos autocarros tinham origem nas baterias, em relação aos navios de fibra diz que o desgaste ao fim de muitas atracagens é muito maior que o dos barcos actuais que são de ferro, sobre a circulação de carreiras diz ser possível.

- Paulo Lopes alerta para o facto do rio Tejo não ser totalmente navegável. e isso pode criar dificuldades à carreira circular, os canais navegáveis estão criados, reitera a importância sobre o esclarecimento das dúvidas, dificuldades sobre novas tripulações uma dificuldade real para essa escassez são os baixos salários muito pouco apelativos.

- O presidente da comissão Luis Palma elogia a funcionalidade da comissão, e o muito trabalho profícuo na audição às várias entidades, as informações que chegam á comissão são muito importantes, por isso as solicitamos, nada irá limitar estas comissões naquilo que é o seu trabalho, vamos por isso continuar a reunir com os diversos órgãos e as várias entidades, gostaríamos que chegassem à comissão os documentos que nos esclarecessem as dúvidas, termina manifestando solidariedade total para com a luta dos trabalhadores da Transtejo.